

Economia circular e avaliação econômica de projetos: proposta metodológica para cálculo dos impactos diretos e indiretos

RAIMUNDO EDUARDO SILVEIRA FONTENELE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Economia circular e avaliação econômica de projetos: proposta metodológica para cálculo dos impactos diretos e indiretos

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas proposições metodológicas visando integrar nos métodos tradicionais de avaliação econômica de projetos os impactos diretos e indiretos da economia circular. Após uma breve análise histórica e classificação dos métodos de avaliação econômica, faz-se uma apresentação das etapas exigidas pelo Método dos Efeitos, que faz uso dos conceitos dos sistemas de contas nacionais e da matriz de insumo-produto, para se determinar e avaliar os efeitos diretos, indiretos e primários decorrentes dos seus fluxos de “inputs” e “outputs” em relação aos objetivos nacionais econômicos: crescimento econômico, distribuição de renda, equilíbrio fiscal e desequilíbrio nas contas externas. Em seguida, discute-se a economia circular, que é um modelo econômico não linear, que se enquadra no âmbito do desenvolvimento sustentável e cujo objetivo é produzir bens e serviços, limitando o consumo e o desperdício de matérias-primas, água e recursos naturais. Após uma apresentação do modelo tradicional linear do fluxo circular da renda, o estudo propõe uma ampliação do campo de análise do Método dos Efeitos, com a inclusão da economia circular, para cálculo dos impactos diretos e indiretos.

Palavras-chave: Economia Circular; Avaliação Econômica; Método dos Efeitos; Matriz de Insumo-Produto

Circular economy and economic evaluation of projects: a methodological proposal for the calculation of direct and indirect impacts

ABSTRACT

The article main proposal is to present some methodology propositions in order to integrate circular economy direct and indirect impacts in the traditional methods of projects economic evaluation. After a brief historical analysis and economic evaluation methods classification, a presentation of the Effects Method steps is made. It uses the concepts of the national accounts systems and the input-output matrix to determinate and evaluate the direct, indirect and primary effects due to their inputs and outputs flows in relation to the economic national goals: economic growth, income distribution, fiscal balance and external accounts imbalance. Afterwards, the article discusses the circular economy, which is a non-linear economic model framed within the sustainable development context and whose main goal is to produce assets and services limiting the consumption and the raw material, the water and the natural resources waste. After a presentation about the linear traditional model of the income circular flow, the article suggests an expansion of the Effects Method field of analysis, including the circular economy, to calculate the direct and indirect impacts.

Keywords: Circular Economy; Economic Evaluation; The Effects Method; Input-Output Matrix.

1 INTRODUÇÃO

A partir do século passado, a humanidade criou riqueza incomparável a qualquer outra época. Entretanto, apesar de a produção industrial ter contribuído enormemente para o crescimento da economia mundial e para a melhoria da qualidade de vida humana, essa expansão da economia também causou os danos mais sérios ao meio ambiente e aos recursos naturais. A poluição ambiental e a destruição ecológica tornaram-se um dos graves problemas do século XXI e um dos principais fatores que restringem o desenvolvimento da economia mundial, bem como é prejudicial à saúde das pessoas.

Países de todo o mundo estão buscando racionalizar o uso dos recursos, para minimizar os resíduos gerados e reduzir a poluição no meio ambiente. Recentemente, muitos países vêm buscando adotar a economia circular (EC), como um modelo de desenvolvimento alternativo para economizar recursos, melhorar a eficiência do uso dos recursos e proteger o meio ambiente.

A partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, nas últimas décadas a sociedade vem implantando modelos de crescimento sustentáveis para minimizar os efeitos negativos da poluição, a fim de alcançar um caminho de desenvolvimento de longo prazo.

A economia circular (EC), muito embora seja um conceito recente, é um tema que vem sendo discutido por diversas escolas de pensamento desde a década de 1970. Entre estas, pode-se citar o Design regenerativo (LYLE, 1970), a Ecologia Industrial (CLIFT, GRAEDEL, 2001); a Biomimética (BENYUS, 2003), Capitalismo Natural (LOVINS e HAWKEN, 2008) e Economia Azul (GUNTERPAULI, 2010)(ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

O equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente tem sido pauta de muitas pesquisas. Um modelo bastante discutido na literatura é a Curva Ambiental de Kuznets (CAK), que relaciona o impacto ambiental em função do PIB per capita sob a forma de uma parábola invertida ou U-invertido (SOUSA et al., 2016).

Na literatura, os indicadores quantitativos da EC são divididos em nível macro (cidade, estado, país), meso (parques industriais) e micro (produto, organização e consumidores individuais), baseando-se geralmente a partir de diferentes parâmetros (valor econômico, energia, massa) e em função de diferentes variáveis (fluxos, ações, mudanças de estoque) ou proporções (LINDER et al., 2017).

Na prática, a maioria das pesquisas é focada nos conceitos e princípios de desenvolvimento da EC, ou no estudo da engenharia e tecnologias, como tecnologia de produção limpa. No entanto, quanto à construção de um modelo econômico que permita captar os impactos da EC, as pesquisas atuais ainda são muito incipientes.

No bojo dessa discussão, esse artigo procura caracterizar o estado da arte da EC, dentro das metodologias tradicionais de avaliação econômica, apresentando resposta à questão que motivou o trabalho: de que maneira é possível quantificar os impactos diretos e indiretos da economia circular?

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta concreta para inclusão da EC nos métodos de avaliação econômica. Trata-se de uma tentativa para corrigir uma carência das pesquisas e modelos de EC no âmbito das análises custo-benefício tradicionais. Além de apresentar uma tipologia desses métodos, suas diferenças teóricas e práticas, este artigo propõe também um quadro metodológico para incorporação da EC no cálculo da contribuição da cadeia de valor na economia nacional.

No desenvolvimento da pesquisa, são abordadas as duas classes de avaliação econômica de projetos, cujas técnicas se diferenciam em termos de fundamentação teórica. Em primeiro lugar, os métodos conhecidos como “preços-sombra”, cuja problemática é fundamentada na teoria do equilíbrio geral, que consiste em estabelecer os métodos em função do sistema de preços utilizado para avaliar os custos e benefícios; é então a partir do

sistema de preços utilizado sucessivamente para o cálculo financeiro (sistema de preços efetivo ou de mercado), e os ajustamentos em determinados preços (taxa de desconto, taxa de câmbio, bens ou fatores de produção comercializáveis internacionalmente, ...), chega-se ao sistema generalizado dos “preços-sombra”; em segundo lugar, o método dos efeitos, uma problemática fundamentada na prática do planejamento, cuja abordagem consiste em estabelecer os métodos em função do agente ou do grupo de agentes ao qual os custos e benefícios foram definidos; é então a partir do cálculo na ordem sucessiva para o empresário (cálculo financeiro), para o Estado, ... que se chega ao cálculo para a "coletividade" (cálculo econômico). Para tanto, o método dos efeitos se apoia diretamente nos modelos tradicionais dos sistemas de contas nacionais e das matrizes de insumo-produto.

O assunto amplo deste artigo, os métodos de avaliação econômica de projetos e a EC, exige delimitar esta apresentação. Na seção 2, encontra-se uma síntese dos antecedentes, da natureza e o significado da EC, bem como o atual desenvolvimento desta economia. Na seção 3 é feita uma análise das duas técnicas de avaliação econômica de projetos quanto à inclusão da EC, possibilitando assim, apresentar uma proposição concreta de inclusão nos métodos de avaliação econômica. Por fim, na seção 4, é apresentada uma proposta metodológica para incorporação da EC no Método dos Efeitos, enquanto a seção 5 é apresentada as considerações finais e sugestões.

2 MODELO DE ECONOMIA CIRCULAR

As tendências de aumento populacional, crescimento da procura e conseqüente pressão nos recursos naturais têm gerado a necessidade de que as economias atuais avancem para um paradigma mais sustentável, que assegure o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida e de emprego, bem como a regeneração do “capital natural”.

A economia circular refere-se a um conceito econômico que se enquadra no âmbito do desenvolvimento sustentável e cujo objetivo é produzir bens e serviços, limitando o consumo e o desperdício de matérias-primas, água e recursos naturais. Trata-se de uma nova economia não linear, baseada no princípio do fechamento do ciclo de vida de produtos, serviços, resíduos, materiais, água e energia.

Esse novo modelo econômico que funciona em circuitos fechados, catalisados pela inovação ao longo de toda a cadeia de valor, é defendido como uma solução alternativa para minimizar consumos de materiais e perdas de energia.

O conceito de economia circular está intimamente ligado ao da ecologia industrial. Erkman (2004) indica que um dos desafios da ecologia industrial é avançar para uma economia circular. É um conceito que, de acordo com a ADEME (2014), refere-se a um “sistema econômico de troca e produção que, em todas as fases do ciclo de vida dos produtos (bens e serviços), visa aumentar eficiência na utilização dos recursos e reduzir o impacto sobre o meio ambiente, ao mesmo tempo em que desenvolve o bem-estar dos indivíduos”.

O modelo de “economia circular” foi desenvolvido pelos economistas ambientais britânicos Pearce e Turner (1990) e visa estabelecer “regras de gestão de recursos” para o desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se na ideia de que as atividades econômicas ocorrem dentro de um sistema natural global com recursos limitados e capacidade de assimilação. Com base nessa visão, Pearce e Turner formulam o objetivo de “sustentar a economia como parte do ecossistema”. Geralmente, um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável é visto alterando os princípios econômicos atuais de uma maneira que eles harmonizem com os princípios ecológicos (SIMONIS, 1989). Essa abordagem também é formulada por Pearce e Turner no estabelecimento de “condições para a compatibilidade das economias e seus ambientes”, com base em seu modelo de “economia circular” (PEARCE E TURNER, 1990, p. 42).

Illge (2003) aplicou os conceitos econômicos neoclássicos para análise da EC. De acordo com o conceito de falha de mercado, o mercado seria capaz de gerar uma quantidade “socialmente ótima” de produção e consumo se todas as atividades econômicas fossem capturadas por um mercado perfeitamente competitivo, partindo das premissas que todas as negociações poderiam ser realizadas sem custo, as entidades econômicas fossem totalmente informadas e que todos os agentes se comportassem racionalmente (como 'homo economicus'). No entanto, tais condições ideais não podem ser encontradas nas sociedades atuais; pelo contrário, ocorre uma falha de mercado que leva a formas e quantidades de produção e consumo “não ideais”, geralmente associadas a danos ambientais excessivamente altos. O conceito de falha de mercado pode ser aplicado igualmente aos mercados de recursos primários, bens de consumo, recicláveis, recursos secundários e serviços de tratamento de resíduos - sendo todos esses mercados elementos da “economia de ciclos de material fechado”.

O principal objetivo da EC é proteger o meio ambiente natural e os recursos naturais do fluxo de circuito fechado do material. A realização da EC necessita da cooperação de todos os agentes econômicos envolvidos no fluxo de materiais: fornecedores, fabricantes, retalhistas, grossistas, distribuidores secundários, produtores secundários, consumidores e assim por diante. Cada *stakeholder* envolvido deve trocar suas informações. Portanto, a troca de informações é considerada como pré-condição para alcançar o fluxo em circuito fechado. Blume et al (2004) estudaram o processo de tomada de decisão do sistema de economia circular na cooperação entre empresas em sua pesquisa. Wedekind et al (2004) estudaram a cooperação de vários participantes e a conexão entre o serviço e o transporte de suprimentos, bem como as possibilidades de eliminação dos resíduos. Para os autores, para a criação de um eficiente sistema econômico circular é preciso de esforços de todos os envolvidos na cadeia de valor. Eles enfatizaram a importância da reutilização e reciclagem dos produtos. Schwarz et al. (1997) estudaram a distribuição da rede do ciclo industrial através da produção das empresas e a reutilização integrada dos resíduos da antiga empresa.

A Alemanha é considerada um dos países que melhor desenvolveram a EC. Goettsching (1996) estudaram o processo de desenvolvimento da Alemanha de ser um país importador de resíduos de papel na década de 1970 para se tornar um país exportador de resíduos de papel na década de 1990. Os autores também estudaram as políticas e regulamentos que foram elaboradas durante esse período para promover a EC na Alemanha.

A EC contrasta consideravelmente com a retórica comum do paradigma do mecanicismo da teoria econômica tradicional. Ao contrário que estabelece o fluxo circular da renda linear, que não capta as externalidades, a EC introduz o conceito das externalidades em suas análises. Caso uma empresa, por exemplo, adota métodos de produção mais limpos, a empresa não só recebe um benefício econômico, mas os consumidores e a sociedade como um todo também recebem benefícios indiretos pelo uso de produtos verdes e a consequente redução da poluição ambiental.

A EC apresenta um paradigma que contrapõe o modelo de economia linear, que é pautado pelo ciclo vicioso de consumo e produção predatórios. A EC expõe um conjunto de conceitos de reciclagem, regeneração, reaproveitamento, reuso, os quais são reunidos em um modelo pautado na circularidade em substituição ao tradicional da linearidade.

A formação do conceito de EC é atribuída a uma sucessão de conceitos surgidos desde a década de 60, em associação com os princípios chamados 3R (redução, reutilização e reciclagem). O fluxo circular da EC é fechado, podendo ser definido como uma economia baseada em um “sistema em espiral” que minimiza o uso da matéria, o fluxo de energia e a deterioração ambiental, sem restringir o crescimento econômico ou o progresso social e técnico (STAHEL, 1982). Em resumo, o objetivo da economia circular é preservar o atual estilo de vida, tornando-o tecnicamente viável a longo prazo, produzindo dentro de um ciclo

fechado, onde as empresas reutilizam por um processo de reparação, recondição, reciclagem e finalmente reutilização dos materiais já em uso.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E CLASSIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS

3.1 Problema e sua Importância

Existe um consenso na literatura que estabelece a necessidade de se avaliar, em termos econômicos, os impactos ambientais de um projeto, para que se possa incorporá-los aos fluxos de caixa dos projetos. Entretanto, como esta avaliação monetária é, em geral, de difícil mensuração, por tratar-se de valoração indireta de investimentos que afetam o valor de opção e o valor de existência dos recursos ambientais, a determinação do mérito de um projeto depende do ponto de vista que se situa o avaliador.

Num sistema de EC deve-se modificar o perfil privado dos projetos de investimento, para se analisarem os seus efeitos sobre o conjunto da economia. Entre os ajustes a serem feitos, destaca-se a incorporação das externalidades. Essa incorporação se justifica, visto que os custos e benefícios de natureza ecológica resultantes dos processos de produção e de consumo público ou privado não têm preços de mercado, pois não possuem mercados próprios.

Na revisão de literatura, não se tem informações da existência de um modelo de avaliação econômica de projetos de investimentos que internalize os impactos do modelo circular. Muito embora, em muitos países desenvolvidos, as instituições financeiras privadas já estejam incorporando os impactos ambientais nas suas linhas de empréstimos e de financiamentos, nas instituições multilaterais de fomento e de cooperação técnica (Banco Mundial, BID, KFW, PNUD, etc.), a introdução da EC nas análises custo-benefício dos projetos de investimento é um tema que apresenta muitas dificuldades técnicas e controvérsias conceituais.

3.2 Contexto histórico

Durante a depressão dos anos 30 nos Estados Unidos um conjunto de projetos públicos, principalmente de irrigação, de usinas hidroelétricas e obras de contra as enchentes, foi recomendado com base no uso dos métodos de avaliação econômica de projetos. Esses estudos, entre os quais aqueles relacionados ao *Tennessee Valley Authority - TVA*, tinham como inspiração teórica os modelos keynesianos e como instrumental os trabalhos de W. Leontief (CHERVEL, 1995).

Posteriormente, no início dos anos sessenta, uma equipe de economistas da cooperação técnica francesa trabalhava na elaboração dos Planos Nacionais de ex-colônias na África. No âmbito dos trabalhos, sentiu-se a necessidade de fornecer elementos de análise às autoridades públicas para uma melhor escolha das oportunidades de investimentos, tendo em vista a insuficiente capacidade de financiamento para o conjunto dos projetos estudados. Foi dentro da mesma filosofia de trabalho desenvolvida nos anos 30 nos Estados Unidos que ocorreram as primeiras aplicações dessa técnica, chamada posteriormente de “Método dos Efeitos”.

Por outro lado, dentro de outro contexto, poucos anos após as primeiras experiências concretas do “Método dos Efeitos”, um grupo de economistas, a convite das instituições internacionais, se preocupava em justificar que os preços de mercado realmente verificados nos países em desenvolvimento não representam realmente o verdadeiro valor econômico dos bens e serviços. Fundamentado na teoria neoclássica, os “Métodos dos Preços-Sombra” surgiram com a idéia de corrigir as distorções do funcionamento de uma economia onde são expressivas as diferenças entre os preços de mercado e os valores econômicos. Para os autores destes métodos, a análise de rentabilidade financeira é insatisfatória para avaliar os projetos

públicos, haja vista que a ótica financeira não reflete “verdadeiramente” o ponto de vista da coletividade.

Vale salientar, porém, apesar das diferenças comuns entre os dois métodos (Método dos Efeitos e Método dos “Preços-Sombra”), existem certa equivalência entre eles, em termos matemáticos, a partir do teorema da dualidade. Porém, em termos de fundamentação teórica e a maneira de abordar o problema do desenvolvimento, as duas grandes famílias dos métodos se diferem consideravelmente (CHERVEL, 1995).

A necessidade para reabrir esse debate é sentida atualmente, sobretudo na tentativa de ampliar o campo de aplicação desses métodos para tratar de problemas atuais do desenvolvimento, tais como as questões de repartição, meio ambiente e EC.

3.3 Classificação dos métodos de avaliação econômica de projetos

3.3.1 Correspondência teórica dos dois métodos

Antes de apresentar as diferenças entre o método dos “preços-sombra” e o método dos efeitos, torna-se indispensável mostrar a correspondência teórica dos dois métodos de avaliação econômica de projetos: em primeiro lugar, a abordagem que consiste em estabelecer os métodos em função do agente ou do grupo de agentes, segundo os quais os custos e benefícios foram definidos; é então a partir do cálculo na ordem sucessiva para o empresário (cálculo financeiro), para o Estado, ... que se chega ao cálculo para a “coletividade” (cálculo econômico); em segundo lugar, a abordagem que consiste em estabelecer os métodos em função do sistema de preços utilizado para avaliar os custos e benefícios; é então a partir do sistema de preços utilizado sucessivamente para o cálculo financeiro (sistema de preços efetivo ou de mercado), e os ajustamentos em determinados preços (taxa de desconto, taxa de câmbio, bens ou fatores de produção comercializáveis internacionalmente, ...), chega-se ao sistema generalizado dos “preços-sombra”. Assim, pode-se demonstrar que, do ponto de vista teórico, esses dois métodos concorrentes se equivalem.

Sejam dois programas lineares que se correspondem: Um programa dito primal (em x) e outro dito dual (em y).

PRIMAL → Método dos Efeitos	DUAL → Método "Preços-sombra"
$\text{Maximizar } Z = \sum_{j=1}^n c_j x_j$	$\text{Minimizar } D = \sum b_i y_i$
$\text{Sujeita a } \sum_{j=1}^n A_{ij} x_j \leq b_i \quad (i = 1, 2, \dots, m)$	$\text{Sujeita a } \sum_{i=1}^m a_{ij} y_i \geq c_j \quad (j = 1, 2, \dots, n)$
$\text{e } x_j \geq 0 \quad (j = 1, 2, \dots, n)$	$\text{e } y_i \geq 0 \quad (i = 1, 2, \dots, m)$

Quadro 1 – Correspondência Teórica dos Métodos de Avaliação Econômica de Projetos

FONTE: Chervel (1995)

Onde: x_j é o vetor de produção (em quantidades físicas);

A_{ij} é a matriz dos coeficientes técnicos;

a_{ij} (a quantidade do i -ésimo recurso no j -ésimo produto);

b_i é o vetor-coluna dos recursos disponíveis;

c_j é o vetor-linha do ingresso de cada unidade do produto j ;

y_i é o vetor-coluna das variáveis de escolha do programa dual; ou seja, o vetor de preços (*shadow prices*) que minimiza o custo de produção da solução ótima do programa primal.

A resolução do programa primal é equivalente à resolução do programa dual (correspondência entre as soluções ótimas do primal e do dual); isto é, pode-se resolver um ou outro programa, desde que um dos programas seja resolvido.

Assim, tendo conhecimento da função-objetivo e das restrições, o programa primal consiste em determinar a melhor combinação possível de x_j que permita maximizar a produção do grupo de agentes selecionados (seleção de projetos): trata-se do método dos efeitos.

O programa dual consiste em determinar um sistema de preços “econômicos” (y_i) que minimize o custo de produção, ao qual os projetos analisados na abordagem primal são rentáveis e tendo também os mesmos objetivos e restrições para fazer a seleção e o julgamento dos projetos: tratam-se dos métodos dos “preços-sombra”. Assim, tendo conhecimento da função-objetivo e das restrições, o programa primal consiste em determinar a melhor combinação possível de x_j que permita maximizar a produção do grupo de agentes selecionados (seleção de projetos): trata-se do método dos efeitos.

A abordagem primal-dual permitiu demonstrar que para a solução do problema pouco importa se a análise seja feita por um ou outro enfoque, haja vista que a partir dos dois procedimentos chega-se ao “ótimo”. Porém, apesar da correspondência formal primal-dual, essas duas abordagens se diferem quanto à inclusão dos objetivos do desenvolvimento sustentável e de modelos de crescimento sustentáveis como da EC nas suas análises.

Em primeiro lugar, para os métodos dos “preços-sombra”, a abordagem dual que consiste em simular o programa primal e em calcular os “preços-sombra”, que são por sua vez dissociados da observação direta dos agentes da economia, como as variáveis duais associadas as restrições do primal. Utilizando-se de conceitos complexos, de difícil compreensão por parte dos agentes envolvidos num projeto e em uma cadeia de valor, o programa dual não permite ser aperfeiçoado de maneira contínua, haja vista que o problema consiste em calcular o sistema generalizado dos “preços-sombra” (ou seja, definir matematicamente a função de “bem-estar” social).

Em segundo lugar, o método dos efeitos, cuja abordagem é acessível e de fácil compreensão, haja vista que os conceitos em questão (por exemplo: objetivo de crescimento, objetivo de repartição de renda..., limitações de capital, divisas, terras produtivas, mão-de-obra,...), podem ser analisados diretamente com os diversos atores sociais envolvidos; isto é, a análise feita pelo método dos efeitos, por tratar-se de uma abordagem primal, é construída e detalhada explicitamente baseando-se nos conceitos da contabilidade nacional. Diante da preocupação de se determinar o impacto da EC no cálculo econômico, o cálculo do VA é a medida indicada de criação de riqueza de um país, mas também permite mostrar e avaliar como essa riqueza está sendo distribuída entre os principais agentes da economia nacional: as famílias (remunerações pagas aos trabalhadores); o Governo (taxas e impostos); às instituições financeiras (juros) e as empresas (lucros e dividendos aos acionistas). Além disso, o método dos efeitos faz uso das tabelas de insumo-produto, que fornecem uma visão ampla das transações da economia nacional, mostrando o destino dos bens produzidos, tanto para os consumidores finais como para a produção de outros setores. Trata-se, portanto, de um método mais adequado para dimensionar os impactos das relações intersetoriais decorrentes do ciclo econômico a ser gerado pela EC.

As análises de insumo-produto vêm sendo estudadas como ferramenta de avaliação das emissões de resíduos na análise de processos econômicos, sendo amplamente utilizadas em diversos países. De acordo com Li (2013), os esforços conjuntos de acadêmicos para aplicação prática da análise de insumo-produto alcançaram algumas conquistas. No entanto, com a aplicação da teoria e do método de desenvolvimento sustentável no sistema econômico, ocorrem ainda vários problemas e deficiências do modelo tradicional de insumo-produto em termos de teoria e prática. Os estudos estão concentrados na economia nacional de nível

macro, pois as tabelas de insumo-produto consideram apenas a natureza puramente econômica das atividades econômicas, sem considerar os problemas ambientais causados pelas atividades econômicas (LI, 2013). Portanto, as técnicas tradicionais de análise de insumo-produto têm sido difíceis de atender aos requisitos do gerenciamento ambiental e suas análises permanecem no nível teórico, bem como a maioria delas não tem a aplicação relacionada com a economia circular.

4 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA INCLUSÃO DA ECONOMIA CIRCULAR NO MÉTODO DOS EFEITOS

A metodologia desenvolvida neste estudo é uma adaptação do Método dos Efeitos, apresentada oficialmente, em 1976, a partir do “Manuel d'évaluation économique des projets - La méthode des effets”, de autoria de Marc Chervel e Michel Le Gall. Trata-se de um método reconhecido oficialmente pelo Ministério da Cooperação e pela Caixa Central de Cooperação Econômica do governo francês no âmbito do financiamento de seus projetos, sendo amplamente aplicado em projetos de irrigação, projetos de infra-estrutura viária, infra-estrutura ferroviária, de turismo internacional, etc., e fora do espaço francófono, em diferentes países da Europa, da Ásia, da África e da América Latina. O Método dos Efeitos tem sido também amplamente utilizado nos modelos da economia de *filière* de produção (FABRE, 1994).

4.1. Base Conceitual: O conceito do Valor Agregado

Em termos de fluxo - independentemente de operações que ocorrem dentro das fronteiras dos agentes econômicos - durante um período, o processo de produção caracteriza-se pela existência de um fluxo de “inputs” e um fluxo de “outputs”.

A análise desses fluxos de “inputs” e “outputs”, cuja base utiliza uma divisão do tempo em períodos (os “períodos de contabilidade”, geralmente de um ano), por conveniências legais e analíticas, distingue os bens e serviços da seguinte maneira: os fatores de produção que são totalmente transformados (“consumidos”) durante o período: esses fatores são denominados consumos intermediários; os fatores de produção que são parcialmente utilizados durante o período e que sua degradação total somente ocorre depois de inúmeros períodos: esses fatores são denominados de investimentos.

O VA é definido pela seguinte equação:

$$VA = P - CI \quad (1)$$

Sendo:

- *CI* o Valor do Consumo Intermediário e *P* o Valor Bruto da Produção, a diferença $P - CI$ representa o Valor agregado ou Produto (VA), que é a contribuição adicional de um recurso, atividade ou processo para a fabricação de um produto ou prestação de um serviço por uma empresa.

A nova riqueza criada por uma atividade de produção não é medido pelo valor bruto do produto *P*, mas logicamente pelo valor *P* menos a riqueza que levou para destruir (“consumir”) para produzi-lo. Em termos macroeconômicos, o VA é o valor dos bens produzidos por uma economia, depois de deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros (matérias-primas, serviços, transportes, etc.), utilizados na produção.

Em termos de sociedade (de um país), o VA é um valor que corresponde à remuneração dos fatores de produção. Portanto, é uma medida de criação de riqueza, ou seja, é a contribuição do processo de produção considerada no crescimento da economia. De forma mais simplificada, o VA de cada produto é igual à remuneração dos fatores de produção, utilizados para sua obtenção.

Como tal, diante da preocupação de se determinar o impacto da EC no cálculo econômico, o cálculo do VA é a medida indicada de criação de riqueza de um país, mas

também permite mostrar e avaliar como essa riqueza está sendo distribuída entre os principais agentes da economia nacional: as famílias (remunerações pagas aos trabalhadores); o Governo (taxas e impostos); às instituições financeiras (juros) e as empresas (lucros e dividendos aos acionistas).

Para facilitar a compreensão do Método dos Efeitos, a metodologia é apresentada no âmbito dos estudos das cadeias de produção ou cadeia de valor, com base em uma lista de informações requeridas para o cálculo da contribuição da cadeia de valor na economia nacional. A estrutura da proposta metodológica compõe-se de duas partes. A primeira parte é destinada à apresentação conceitual da cadeia de valor e da metodologia de cálculo da sua contribuição na economia nacional. A segunda parte destina-se a transformar o passo-a-passo do Método dos Efeitos, baseado em um modelo de economia linear, com o detalhamento do cálculo dos impactos diretos e indiretos de uma cadeia de valor decorrentes das atividades da EC.

4.2. Construção e Consolidação das Contas de Produção-Exploração dos Agentes Econômicos da Cadeia

Para o cálculo da contribuição da cadeia de valor na economia deve-se primeiramente, após definição de todos os agentes envolvidos nos fluxos de operações, construir as contas de produção-exploração de cada agente da cadeia, as quais devem dispor das seguintes informações: Composição do Valor Bruto da Produção, com a especificação do destino (mercado interno, autoconsumo e exportação); Composição das despesas em Consumo Intermediário, com a especificação da origem (mercado interno ou importação); Composição do Valor Agregado em termos de remuneração dos fatores de produção (salários, taxas, impostos, juros e um saldo – resultado bruto da exploração) (CHERVEL, LE GALL, 1976).

A análise da contribuição da cadeia na economia é obtida a partir da consolidação das contas de produção-exploração. Essa consolidação é uma técnica de contabilidade cujo princípio consiste em eliminar a dupla contagem das operações, substituindo as contas individuais dos agentes por uma conta exclusiva que apresenta os fluxos comerciais da cadeia com o resto da economia.

O processo de consolidação das contas individuais dos agentes para uma conta de toda a cadeia implica em uma passagem da análise financeira para a análise econômica do ponto de vista da sociedade. A análise econômica é, portanto, obtida pelo estabelecimento da conta consolidada da cadeia de valor de todos os agentes envolvidos.

Note-se que o valor agregado deste conjunto é igual à soma dos valores agregados dos agentes individuais:

$$VA_{Cadeia\ de\ Valor} = \sum VA_{Agentes\ da\ Cadeia\ de\ Valor} \quad (2)$$

Igualmente, obtêm-se o Valor Agregado da Cadeia de valor pelo saldo:

$$V_{Cadeia\ de\ Valor} = P_{Cadeia\ de\ Valor} - CI_{Cadeia\ de\ Valor} \quad (3)$$

4.3. Metodologia de Cálculo dos Impactos Diretos e Indiretos pelo Método dos Efeitos

A ideia central da aplicação do Método dos Efeitos em estudos de impacto de cadeias de valor se deve, entre outros aspectos, à praticidade para se determinar e avaliar os efeitos diretos, indiretos e primários decorrentes dos seus fluxos de “inputs” e “outputs” em relação aos objetivos nacionais: crescimento econômico, distribuição de renda, equilíbrio fiscal e desequilíbrio nas contas externas. Uma vez estabelecidas as contas consolidadas da cadeia de valor, duas etapas devem ser executadas: Cálculo dos Efeitos Diretos e Indiretos.

4.3.1. Cálculo dos Efeitos Diretos

O cálculo dos efeitos diretos consiste em obter diretamente da conta de produção-exploração consolidada os elementos da distribuição direta de renda dos diferentes agentes

econômicos. Os efeitos diretos são constituídos por: As rendas distribuídas que podem ser obtidas diretamente da conta de exploração, visto que elas constituem em usos: Remuneração do pessoal (permanente ou temporário); Taxas administrativas e impostos ligados à atividade; Despesas financeiras e Resultado Bruto da Exploração. Adicionam-se ainda as taxas e tarifas de importação que eventualmente são incluídas no montante dos consumos intermediários diretamente importados pelos agentes da cadeia; Deduz-se o montante de eventuais subsídios ou indenizações acrescidas no valor da produção. Em termos de criação de riqueza (impacto no crescimento econômico), os efeitos diretos constituem em valor agregado direto:

$$P = CI_{Importado} + CI_{Local} + VA_{Direto} \quad (4)$$

Onde:

P = Valor da produção global da cadeia de valor;

$CI_{Importado}$ = Consumo intermediário importado pelos agentes, ao preço CIF;

CI_{Local} = Consumo intermediário adquirido localmente;

VA_{Direto} = VA da conta de produção + Taxas e impostos dos CI importados.

4.3.2. Cálculo dos Efeitos Indiretos

Os efeitos indiretos representam as atividades econômicas induzidas pelo funcionamento da cadeia de valor nos demais agentes da economia. É importante assinalar que a partir do cálculo dos efeitos indiretos pode-se medir o grau de integração da atividade produtiva da cadeia na economia nacional. Na prática, os efeitos indiretos são calculados de duas maneiras: separando as cadeias de valor; e/ou utilizando uma matriz de insumo-produto.

A aplicação da matriz de Insumo-Produto para cálculo dos efeitos indiretos simplifica e de forma mais rápida permite a estimação dos valores dos consumos intermediários em componentes indiretos. Em termos práticos, obtêm-se os coeficientes técnicos denominados “coeficientes de ligação”, os quais expressam (em %) a participação média das importações e do valor agregado em cada unidade de produto de um ramo de atividade. O cálculo consiste em multiplicar cada item de consumo intermediário local de “Nível 1” obtido na conta de produção-exploração consolidada pelos coeficientes de ligação do ramo de atividade correspondente, permitindo, assim, estimar os valores das importações indirectas e do valor agregado, com os seus componentes:

$$\text{Importação Indireta} = \sum(CI_i \times \text{Coeficiente de Importação}_i) \quad (5)$$

$$\text{Valor Agregado Indireto} = \sum(CI_i \times \text{Coeficiente de Valor Agregado}_i) \quad (6)$$

Cada coeficiente consiste numa expressão numérica dos efeitos indiretos propagados sobre o sistema econômico, a partir do momento em que uma determinada atividade incrementa o consumo intermediário local. Para exemplificar, admite-se que no sub-ramo de atividades “embalagem” os coeficientes de importação e de valor agregado, fornecidos pelas estatísticas oficiais sejam, respectivamente, de 0,35 e 0,65. Neste caso, para cada unidade monetária de compra de “embalagem” resultaria em uma perda de \$ 0,35 em divisas (importações) e a criação de \$ 0,65 na economia local em termos de valor agregado pelos diferentes agentes do respectivo subramo de atividades situados “para frente” dessa produção. A obtenção desses coeficientes é feita preferencialmente por meio de uma Matriz de Insumo-Produto com conteúdo de importações.

O equilíbrio recursos-usos que forma a MIP pode ser escrito da seguinte maneira:

$$X = AX + Y \quad (7)$$

Sendo:

- X , o vetor coluna das produções de cada bem ou serviço;
- A , a matriz de coeficientes técnicos; e
- Y , o vetor coluna das demandas finais em bens e serviços locais.

Da expressão (7) obteremos:

$$X = (I - A)^{-1} Y \quad (8)$$

Onde:

- $(I - A)^{-1}$ designa o inverso da matriz $(I - A)^{-1}$, e
- I , a matriz identidade.

A expressão (8) demonstra qual deve ser o incremento da produção local X para satisfazer uma nova demanda local Y . Conhecendo as taxas de importação e as taxas de valor agregado diretas das produções locais, obteremos o incremento das importações:

$$iX = i (I - A)^{-1} Y$$

E o incremento do valor agregado:

$$vX = v (I - A)^{-1} Y$$

Geradas pela nova demanda final Y .

Verifica-se que desse modo obteremos uma separação do valor total Y , em um incremento das importações e um incremento do valor agregado:

- O valor total da nova demanda final é igual a soma de valores das novas demandas finais de cada bem ou serviço, ou seja, a: $y_1 + y_2 + \dots + y_j + \dots$ onde y_j designa a nova demanda final do bem ou serviço j . Podendo ser escrita de forma mais sintética: uY , sendo u um vetor linha cujos componentes são iguais a 1;

$$\text{Logo, } iX + vX = (i + v)X$$

E segundo (8):

$$iX + vX = (i + v)(I - A)^{-1}Y \quad (9)$$

Porém, considerando que a soma de elementos de cada coluna da MIP é igual a 1, obtém-se o seguinte:

$$u = uA + i + v$$

Onde:

$$i + v = u (I - A)$$

E substituindo em (9):

$$iX + vX = u (I - A)(I - A)^{-1}Y$$

Ou seja:

$$iX + vX = uY$$

Desse modo, o valor total da nova demanda final (uY) se separa em um incremento das importações (iX) e em um incremento do valor agregado (vX). Essas importações e este valor agregado contidos na nova demanda final são denominados, respectivamente, importações incluídas e valor agregado incluído nesta demanda final.

4.4. Proposta Metodológica de Inclusão da EC no Cálculo dos Impactos Diretos e Indiretos e Primários pelo Método dos Efeitos

Existe um consenso sobre o papel fundamental do gerenciamento de resíduos e recursos na transformação de um novo paradigma produtivo baseado na transição de um modelo linear para um circular, em que o valor de materiais e recursos é mantido na cadeia de fornecimento.

Os resíduos surgem sistematicamente em toda a cadeia de fornecimento como resultado de atividades econômicas e negócios (KURZ, 2006; BEAMON, 1999; PARFITT et al., 2010). A quantificação dos resíduos na cadeia representa uma das tarefas mais complexas, pois a cadeia de fornecimento de produtos é interconectada e fragmentada em diferentes setores industriais.

A EC dispõe de várias ferramentas analíticas, algumas das quais são métodos para quantificação de fluxos de materiais ou métodos de análise de impacto (matriz de insumo-produto, análise de ciclo de vida), enquanto outros se concentram mais em processo de desenvolvimento de produto (ecodesign) ou sua recuperação na cadeia de valor (logística reversa). Neste estudo, propõe-se uma extensão do método dos efeitos para inclusão da EC na quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos.

A matriz de insumo-produto tem sido usada recentemente para incorporar informações financeiras com dados de resíduos físicos e ligar os resíduos à atividade econômica. Exemplos incluem: a tabela regional WIO do País de Gales (JENSEN et al., 2011); a MIO da Holanda, denominada NAMEA (HAAN & KEUNING, 1996); a MIO alemã (STAHMER et al. 1998); a MIO para o Japão (S. NAKAMURA & KONDO, 2002; TSUKUI et al. 2015); Austrália (REYNOLDS et al., 2014; FRY et al. 2015), Taiwan (LIAO et al., 2015) e França (BEYLOT et al., 2016).

A Figura 1 apresenta uma adaptação do modelo tradicional linear do fluxo circular da renda para inclusão da EC. Na primeira parte, verifica-se que o departamento de produção investe capital, mão-de-obra e insumos intermediários para produzir. O fluxo de produção direciona os bens e serviços para os mercados de consumo final, intermediário e de capital (investimento). A metade inferior da figura inclui o sistema de gestão de resíduos. Os desperdícios provocados pela produção e consumo vão entrar na estação de tratamento de lixo após a seleção e classificação dos resíduos. O departamento de reciclagem não só fornecerá a matéria-prima para o mercado, mas também produzirá resíduos, e os resíduos vão fluir de volta para o departamento de trânsito de resíduos.

Considerando o modelo econômico híbrido da Figura 1, pode-se escrever a identidade contábil macroeconômica Produção-Dispêndio da seguinte forma: Y : valor da produção da economia linear, R : valor da produção da economia circular, C : o consumo final, X : o consumo intermediário da economia linear, XR : o consumo intermediário da economia circular, I : o investimento do setor econômico linear, IR : o investimento da economia circular, Z : a entrada pela redução dos resíduos.

$$Y_i + R_i = \sum_j X_{ij} + \sum_j XR_{ij} + C_i + \sum_j I_{ij} + \sum_j IR_{ij} + Z_j \quad (10)$$

De posse do modelo de economia circular da Figura 1, pode-se reescrever a equação de cálculo dos efeitos indiretos pelo Método dos Efeitos, que faz uso da Matriz de Insumo-Produto, apresentada na subseção 4.3.2. O equilíbrio recursos-usos que forma a MIP híbrida pode ser escrito da seguinte maneira:

$$X_L = AX_L + Y_L \quad (11)$$

$$X_C = AX_C + Y_C \quad (12)$$

Sendo:

- X_L , o vetor coluna das produções de cada bem ou serviço da economia linear;
- X_C , o vetor coluna das produções de cada bem ou serviço da economia circular;
- A , a matriz de coeficientes técnicos;

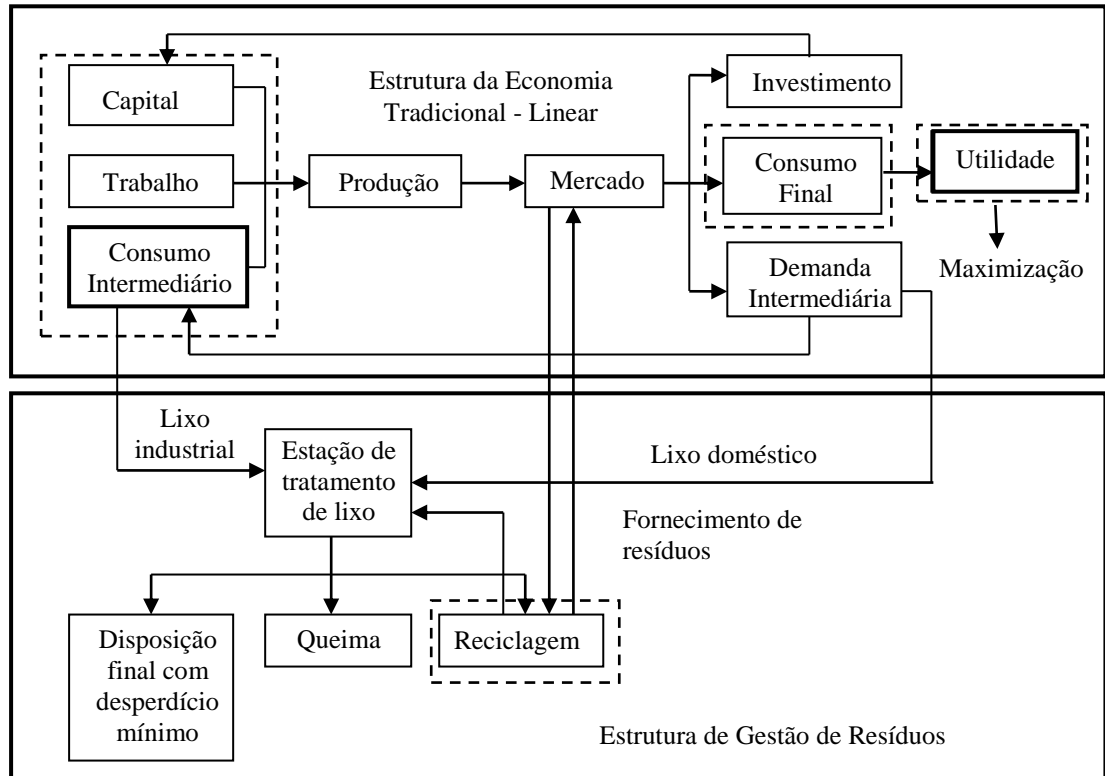


Figura 1: Modelo de Economia Circular

Fonte: O autor

- Y_L , o vetor coluna das demandas finais em bens e serviços locais da economia linear;
- Y_C , o vetor coluna das demandas finais em bens e serviços locais da economia circular

Das expressões (11) e (12) obteremos:

$$X_L = (I - A)^{-1}Y_L \quad (13)$$

$$X_C = (I - A)^{-1}Y_C \quad (14)$$

Onde:

- $(I - A)^{-1}$ designa o inverso da matriz $(I - A)$ e
- I , a matriz identidade.

As expressões (13) e (14) demonstram, respectivamente, os aumentos na produção local de X_L e X_C para satisfazer uma nova demanda local de Y_L e Y_C . Conhecendo as taxas de importação e as taxas de valor agregado diretas das produções locais, respectivamente, da economia linear e circular, obteremos o incremento das importações:

$$i_L X_L = i_L (I - A)^{-1} Y_L \quad (15)$$

$$i_C X_C = i_C (I - A)^{-1} Y_C \quad (16)$$

E o incremento do valor agregado:

$$v_L X_L = v_L (I - A)^{-1} Y_L \quad (17)$$

$$v_C X_C = v_C (I - A)^{-1} Y_C \quad (18)$$

De posse das taxas de importação e de valor agregado das produções locais, respectivamente, das economias linear e circular, podem-se estimar os impactos indiretos provocados pelas atividades econômicas induzidas pelo funcionamento da cadeia de valor nos demais agentes da economia. É importante assinalar que a partir do cálculo dos efeitos indiretos pode-se medir o grau de integração da atividade produtiva da EC na economia nacional. A obtenção desses coeficientes é feita preferencialmente por meio de uma Matriz de Insumo-Produto com conteúdo de importações. Caso o Sistema de Contas Nacionais do país não possua essa matriz, alternativamente podem-se obter os coeficientes por meio de: Estudos Setoriais, de ramos de atividades ou de cadeias de valor, cujas análises apresentam as contas de produção e os equilíbrios usos-recursos da contabilidade nacional, bem como por meio de estudos anteriores mais específicos relativos aos ramos de atividade ou de produtos, com os quais tenha sido desenvolvida a técnica de separação das cadeias de valor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente, muitos países vêm adotando a EC como um modelo de desenvolvimento alternativo para economizar recursos, melhorar a eficiência do uso dos recursos e proteger o meio ambiente. Trata-se de uma nova economia, caracterizada por um aumento expressivo da produtividade dos recursos ambientais, pela necessidade de restauração do capital natural, dos quais muitos elementos não estão vinculados à eficiência econômica.

Uma proposta concreta para incluir a EC nos métodos de avaliação econômica foi o objetivo desse trabalho. Essa proposição vem, portanto, ao lado dos instrumentos de análise com acento mais forte da teoria neoclássica, contribuir na solução dos problemas econômicos, sociais e ambientais nos processos decisórios. Trata-se de uma tentativa para corrigir uma carência das pesquisas e modelos de EC no âmbito das análises custo-benefício tradicionais. Após contextualizar o fluxo linear da renda tradicional e incorporar a questão da EC na identidade macroeconômica Produto-Despesa, o artigo apresenta um quadro metodológico para incorporação da EC no cálculo da contribuição da cadeia de valor na economia nacional.

Tradicionalmente, o Método dos Efeitos permite fornecer o balanço financeiro dos agentes envolvidos na cadeia de valor, de tal maneira que possibilita dispor, em termos monetários, a contribuição desses agentes na criação de riqueza, na sua distribuição em termos distributivos entre os agentes da economia: as famílias (salários), as instituições financeiras (juros), o Estado (taxas e impostos) e as empresas (resultado líquido da exploração), bem como o impacto de suas ações nas Finanças Públicas, no Balanço de Pagamentos e na Geração de empregos; fornece também informações para avaliar o impacto e a pertinência das políticas nacionais no setor em relação aos objetivos fixados. Trata-se de uma abordagem que difere dos métodos neoclássicos, visto que estabelece o retorno econômico a partir do cálculo do valor agregado, mais adequado para estimar a criação de riqueza de um país, bem como para conhecer de que forma essa riqueza está sendo distribuída entre os principais agentes da economia nacional.

A revisão de literatura identificou que a utilização da Matriz Insumo-produto (MIP) tem se intensificado para avaliar o impacto da EC. A metodologia possibilita avaliar as relações entre os setores produtivos da economia, permitindo identificar impactos econômicos sobre a produção, o emprego e a renda em função de variações na demanda final ou em um dos componentes (consumo, investimento ou exportação).

O Método dos Efeitos originalmente foi desenvolvido para aplicação da MIP em análise de projetos, sendo adaptado no presente estudo para analisar a contribuição econômica da EC na economia nacional. Atualmente, o sistema de contabilidade nacional da economia do Brasil não possui uma matriz de insumo-produto com conteúdo de importação, sendo necessária sua adaptação para incorporar as atividades da EC. Portanto, para aplicação desta metodologia, na falta de uma MIP com essas informações, os efeitos indiretos devem ser calculados pelo processo de separação das cadeias de valor.

Para pesquisas futuras sugere-se um detalhamento desse processo para viabilizar a aplicação da metodologia. Sugere-se, ainda, a definição de um conjunto de critérios de avaliação, obtidos por meio da aplicação da metodologia do método dos efeitos, para dimensionar a participação da EC na cadeia de valor.

O modelo proposto pode ser ampliado como instrumento de análise de impacto, ou de previsão, com a apresentação de novos cálculos, resultantes de simulações decorrentes das variações, entre outros, nas quantidades produzidas, nas produtividades, nos preços, bem como de variações decorrentes de mudanças futuras – controladas – de política econômica, ou exôgenas (variações nos preços internacionais dos insumos e/ou dos produtos para exportação), de tal maneira que possibilite fazer uma previsão dessas mudanças na criação do valor agregado, na distribuição da renda entre os agentes, entre outros aspectos. Igualmente, o modelo proposto pode ainda ser aplicado não apenas para um respectivo ano, mas também para uma série histórica, permitindo a obtenção de resultados que forneçam comparações evolutivas do comportamento dos agentes da EC na cadeia de valor.

Referências bibliográficas

- ADEME – Agende de l’Environnement et de la Maîtrise de l’Énergie. **Economie Circulaire: Notions**, p.1-10., 2014. Disponível em: <<https://www.ademe.fr/sites/default/files/assets/documents/fiche-technique-economie-circulaire-oct-2014.pdf>> Acesso: 18 Jun.2018.
- BEAMON, B.M. Designing the green supply chain. **Logistics Information Management**, 12(4), pp.332–342, 1999.
- BEYLOT, A. et al. A consumption approach to wastes from economic activities. **Waste Management.**, 2016 Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0956053X1630023X>> . Acesso: 15 Jun.2018.
- BLUME, V., & HAASIS, H.-D. **Knowledge and decision support management in the circular flow economy**. Paper presented at the Photonics Technologies for Robotics, Automation, and Manufacturing, 2004.
- CHERVEL, M. **L’évaluation économique des projets - Calculs économiques et planification**, PUBLISUD, Paris, 1995.
- CHERVEL, M., LE GALL, M. **Manuel d’évaluation économique des projets, La méthode des effets**, Ministère de la Coopération, Paris, 1976.
- ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards a Circular Economy: Business Rationale for an Accelerated Transition**, 2015. Disponível em: <www.ellenmacarthurfoundation.org/publications/towards-a-circular-economy-business-rationale-for-an-accelerated-transition>. Acesso: 10 Jun.2018.
- ERKMAN, S. **Vers une écologie industrielle**. ECLM (137), 2004.
- FABRE, P. **Note de méthodologie générale sur l'analyse de filière, Document de formation pour la planification agricole n° 35**, Service de Soutien aux Politiques Agricoles, Division de l’Assistance aux Politiques, FAO, Rome, Italie, 1994.
- FRY, J. et al. An Australian Multi-Regional Waste Supply-Use Framework. **Journal of Industrial Ecology**, v.20, Issue 6, (0), p. 1295-1305, 2015. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/jiec.12376>>. Acesso em 15 jun.2018

HAAN, M. De & KEUNING, S.J. Taking the environment into account: The NAMEA approach. **Review of Income and Wealth**, 42(2), pp.131–148, 1996.

ILLGE, L. The Economy of Closed Material Cycles: Environmental-Economic Concepts and Policy, **DIW Berlin Research Notes No. 37**, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275950114_The_Economy_of_Closed_Material_Cycles_Environmental-Economic_Concepts_and_Policy> Acesso: 17 Ago. 2018

JENSEN, C.D. et al. Responsibility for Regional Waste Generation: A Single-Region Extended Input–Output Analysis for Wales. **Regional Studies**, pp.1–21, 2011.

KURZ, H.D. Goods and bads: sundry observations on joint production, waste disposal, and renewable and exhaustible resources. **Progress in Industrial Ecology**, An Int. J., 3(4), pp.280–301, 2006.

LI, S. Study on the Model of Quantitative Evaluation of Circular Economy Development for Industry Manufacturing Based on WIOA, **Applied Mechanics and Materials Online**: 2013-08-08 ISSN: 1662-7482, Vol. 345, pp 384-387, 2013. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1023.5497&rep=rep1&type=pdf>> Acesso: 15 Jun.2018.

LIAO, M. et al. Identification of the driving force of waste generation using a high resolution waste input–output table. **Journal of Cleaner Production**, 94, pp.294–303, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652615001067>> Acesso: 15 ago. 2017.

LINDER, M.; SARASINI, S.; VAN LOON, P. (2017). A Metric for Quantifying Product-Level Circularity. **Journal of Industrial Ecology**, v. 21, n. 3, p. 545–558, 2017.

NAKAMURA, S. & KONDO, Y. **Waste input-output model: concepts, data, and application**. In Inter-disciplinary studies for sustainable development in Asian countries. Keio: Keio University, pp. 6–25, 2002.

PARFITT, J., BARTHEL, M. & MACNAUGHTON, S. Food waste within food supply chains: quantification and potential for change to 2050. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 365(1554), pp.3065–81, 2010.

PEARCE, D. and K. TURNER. **Economics of natural resources and the environment**. New York, 1990.

REYNOLDS, C.J., PIANTADOSI, J. & BOLAND, J. A Waste Supply-Use Analysis of Australian Waste Flows. **Journal of Economic Structures**, 3(5), 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1186/s40008-014-0005-0>> Acesso em: 18 jun. 2018

SIMONIS, U. Ecological Modernization of Industrial Society - Three Strategic Elements. **Economy and Ecology: Towards Sustainable Development**. F. ARCHIBUGI and P. NIJKAMP. Dordrecht: 119-138, 1989.

SOUSA, L. C. R.; SOUSA, D. S. P.; SANTOS, R. B. N. Curva Ambiental de Kuznets: uma análise macroeconômica entre crescimento econômico e impacto ambiental de 2005 a 2010. **Revista Gestão Sustentabilidade Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 227–246, 2016.

STAHEL, W. **Product-life Factor**. An Inquiry into the Nature of Sustainable Societies, pp. 1-10, 1982.

STAHMER, C., KUHN, M. & BRAUN, N. **Physical input-output tables for Germany**. Eurostat, working paper no. 2/1998/B/a, Luxembourg: European Commission, 1998.

TSUKUI, M., KAGAWA, S. & KONDO, Y. Measuring the waste footprint of cities in Japan- a interregional waste input–output analysis. **Journal of Economic Structures**, p.1-24, 2015. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1186/s40008-015-0027-2>>. Acesso em: 15 jun.2018.

WEDEKIND, S., & HAASIS, H.-D. **Integration of service providers into supply chain services and waste disposal transports**. Paper presented at the Photonics Technologies for Robotics, Automation, and Manufacturing, 2004.